



EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E DESAFIOS DA EAD NO BRASIL

Autora: Luciana Santos Bispo¹

Coautor: Adonias Santos Santana Júnior²

RESUMO

A educação à distância - EAD - tem suas origens formalmente reconhecidas numa época que os cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissionais eram veiculados por correspondências (através das agências dos Correios), por alguns programas de rádio e canais de TV voltados especificamente para este fim. Com o advento da internet e das Tecnologias de Informação e da Comunicação - TIC's, os cursos de educação à distância ganharam os espaços das universidades públicas e privadas de Ensino Superior, o reconhecimento legal, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, amparada pelo Decreto nº 5.622, publicado no DOU de 20/12/05, com normatização definida na Portaria Ministerial, nº 4.361, de 2004 e, com eles, muitos desafios a serem vencidos. Assim, centrado numa abordagem teórico-metodológica de caráter exploratório, este trabalho tem por objetivo propor reflexões a respeito dos aspectos históricos que marcam a trajetória da Educação a Distância - EAD - no Brasil e no mundo; bem como discutir as diferentes concepções e os desafios a serem vencidos por esta modalidade de ensino que, em tempos pandêmicos, deixou ainda mais evidente a fragilidade no acesso às tecnologias e/ou no manuseio das ferramentas digitais por parte de alunos e alunas jovens, adultos e, principalmente, idosos, quando submetidos ao formato on-line das aulas no primeiro ano da Pandemia Mundial provocada pela COVID-19.

Palavras-Chave: Educação à distância, Concepções, Fundamentos Históricos, Desafios.

INTRODUÇÃO

O amplo desenvolvimento das tecnologias da informação - TICs - tem contribuído significativamente para a consolidação das informações em proporções e velocidade cada vez maiores em todos os segmentos da sociedade. No aspecto educacional, essas tecnologias têm alargado, e muito, as possibilidades de interação entre docentes e discentes, entre discentes entre si, entre discentes e mundo. É a chamada tecnologia sem fronteiras, que potencializa as ações pedagógicas e favorece a ampliação de novos modelos de educação, dentre os quais vale destacar aqui a educação a distância - EAD.

¹ Docente da Educação Básica –Ensino Médio -Secretaria da Educação do Estado da Bahia/ Brasil. Doutora em Teologia pela Faculdades EST - Escola Superior de Teologia. E-mail: luzinhacj@hotmail.com.

² Especialista em Direito Público pelo PPG da Universidade Anhaguera Uniderp – Campo Grande - MS/Brasil e em Gestão Pública Municipal pelo PPG da Universidade Federal da Bahia – UFBA – Salvador – BA/Brasil.



Assim, guiada por princípios assentados na interatividade entre os sujeitos, no protagonismo dos alunos, na colaboração e interlocução entre as pessoas; a educação a distância apresenta-se como um modelo de educação que caminha na contra mão do formato tradicional de ensino num ambiente 100% presencial, cuja autoridade e referência estão centradas na figura do professor e no monólogo de suas aulas.

Nesta perspectiva, a educação a distância tem atravessado a história da educação popular no Brasil desde a época dos cursos de capacitação e formação profissional por correspondências, passando pelos programas educativos radiofônicos e, logo em seguida, pelos múltiplos programas televisivos até chegar aos dias atuais nos quais a EAD tem, revestida do amparo legal através da Lei de Diretrizes e Bases - LDBN, nº 9.9394 de 20 de dezembro de 1996, se configurado como um modelo de educação alinhado às exigências deste tempo dentre os quais vale destacar aqui a democratização e acessibilidade ao ensino superior.

METODOLOGIA

Visando alcançar os objetivos propostos nesse trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2017), este tipo de pesquisa caracteriza-se pela utilização materiais escritos (impressos e on-line) os quais contribuem para a revisão literária do tema e possibilitam diferentes interpretações e abordagens. A pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma pesquisa de caráter teórico. Nesta direção, o presente trabalho apropriou-se de livros, artigos científicos impressos e digitais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao investigar o surgimento da educação a distância (EAD) no mundo, Petrs (2004) afirma categoricamente que esta modalidade de ensino tem suas origens na era cristã a partir da iniciativa do apóstolo Paulo, que imbuído do desejo de propagar os ensinamentos do mestre Jesus cristo, escrevia as orientações e as enviava a outros povos distantes geograficamente. Assim, tem-se nas palavras de Petrs "as primeiras experiências em educação a distância foram singulares [...] São Paulo, que escreveu epístolas a fim de ensinar às comunidades cristã da Ásia Menor[...] usou as tecnologias da escrita e dos meios de transporte a fim de fazer seu trabalho missionário sem ser forçado a viajar [...]" (PETRS, 2004, p. 29)

Embora seja bastante evidente que ao transmitir seus ensinamentos em forma de carta, o apóstolo Paulo lançava mão dos recursos "tecnológicos" que dispunha naquela época, tais



como a escrita, a pena e as embarcações; há bastante controvérsia com relação a aceitação desta forma de comunicação como um ato característico do surgimento da EAD.

Segundo Alves (2007) a modalidade de ensino a distância tem suas origens no século XV quando a imprensa foi inventada, na Alemanha, por Guttemberg. Este episódio tornava dispensável o ato de estudantes irem à escola. Este autor evidencia, ainda, que no final do século XVII e início do século XVIII as cartas tornaram-se a via mais fácil de transmissão das descobertas científicas, o que caracterizava uma nova fase no processo de ensino-aprendizagem.

O anúncio no jornal Gazeta de Boston (EUA) de 20 de março de 1728, no qual um professor de taquigrafia se dispunha a ensiná-la através do envio de lições semanais a distância, é para Lobo Neto (2001) um marco histórico do surgimento da EAD através de cursos por correspondência.

Para Lopes et al. (2004) muitos países da Europa, a exemplo da Suécia, Reino Unido, Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França, Espanha; além dos Estados Unidos e de alguns países da África do Sul, foram fortemente impactados pela oferta de cursos por correspondência, ainda no final do século XIX. Todavia, é somente nas últimas décadas do século XX que a EAD ganha impulso e se configura como uma importante modalidade de ensino.

Segundo Barros (2003) os anos de 1969 foram decisivos para a legitimação do que hoje se entende por EAD; pois, foi nesta data que, na Inglaterra, foi autorizada a abertura da *British Open University* a qual apresentava formas inovadas e inovadoras de ensino tanto no que diz respeito à interação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, quanto nas formas de envio e recepção dos materiais didáticos.

Também Litwin (2001, p. 15) reconhece a abertura da *British Open University* como um marco histórico para o ensino superior a distância "a *Open University* transformou-se em um modelo de ensino a distância"

Nos anos de 1977 a América Latina vê florescer uma nova modalidade de ensino superior. Seguindo o modelo da *Open University*, a Universidade Aberta da Venezuela e a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica foram criadas para atender ao novo formato de ensino; seguidas por muitas outras universidades de países como a Argentina, Costa Rica, Venezuela, Equador, México, El Salvador, Chile, Bolívia que também aderiram aos programas de Educação a Distância.

Trajatória da EAD No Brasil

Segundo Souza e Silva (2009, p.14) a trajetória do Ensino superior, no Brasil, é fortemente marcada por momentos bastante emblemáticos, dentre os quais vale destacar a inserção do Ensino a Distância. Assim, fazendo uma incursão histórica da trajetória da EAD, os referidos autores afirmam que mesmo antes da regulamentação legal dos cursos EAD no Brasil, "antes mesmo de 1900 já existiam anúncios em jornais do Rio de Janeiro que ofertavam cursos profissionalizantes de datilografia por correspondência." Estes cursos visavam capacitar os interessados para as exigências do mercado de trabalho e podiam ser feito por pessoas de qualquer estado do Brasil. Utilizando-se de cartas, alunos e professores se comunicavam, recebiam e enviavam lições.

Alves (2009) afirma que os cursos de capacitação por correspondências, através das cartas, ganhou legitimidade oficial no Brasil em 1904. Ano em que foram inauguradas as escolas internacionais com cursos mediados por correspondências. Estas instituições originadas nos Estados Unidos da América, e de lá se expandiram para vários países do mundo, tinham como objetivo preparar pessoas para o mercado de trabalho, mais especificamente para os setores do comércio e dos serviços.

Neste sentido, Lopes et al (2004, p.3) destacam que, ao longo da sua trajetória, a EAD no Brasil esteve sempre voltada para questões mercadológicas; por isso buscavam preparar pessoas para o exercício de certas atividades ou para o domínio de determinadas habilidades que atendessem a carência no mercado de trabalho.

Nunes (1992) comunga do mesmo pensamento e afirma que com a formação do "Estado Novo", em, 1937, a educação assumiu a função de "adestrar" o profissional e prepará-lo para o mercado de trabalho. Neste contexto, surgem os programas radiofônicos com finalidades educativas, dentre os quais merecem destaque o Instituto Rádio-Técnico Monitor em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941.

Segundo Mugnol (2009, p. 346) o governo brasileiro aderiu aos programas radiofônicos e deu abertura à tradição de utilizar-se das emissoras de rádio para a transmissão de programas educativos e culturais. "Meio de alta agregação cultural, o rádio tem a capacidade de ser veículo de amplo aspecto social, continua a atingir todas as camadas sociais e níveis etários."

Após várias experiências de capacitação profissional através do rádio e com a chegada da televisão nos final dos anos 50, o Brasil começa a vislumbrar, neste novo recurso



tecnológico, oportunidades de expansão da educação. Surgem, assim, no final da década de 1960 e início da década de 1970 as chamadas televisões educativas "com a capacitação de professores através da Associação Brasileira de Teleducação (ABT) e o MEC, através dos Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional", conforme atestam Lopes et al. (2004, p.3)

Em 1967, por iniciativa do Instituto Nacional de pesquisas Espaciais (IMPE) deu-se origem ao projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI). Segundo Maia e Mattar (2007, p. 26), "a ideia do projeto era inovadora e pioneira, vislumbrando as possibilidades dos meios de comunicação de massa em favor da prestação de serviços educacionais [...] O projeto, entretanto, foi encerrado em 1976."

Nos anos de 1978, como resultado da parceria firmada entre a Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho, surge o programa televisivo Telecurso 2º grau, cujos objetivos versavam sobre a preparação de alunos para as provas dos exames supletivos de 2º grau.

Em 1979, o projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) surge na televisão brasileira com objetivo de alfabetizar os adultos. Ainda neste ano, uma das mais importantes fundações ligadas ao Ministério da Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) inova as suas ações de formação de professores do Brasil, que estavam no exterior, através da implementação do programa de Pós-Graduação Experimental a Distância.

Nos anos de 1980 foi inaugurada a fundação do Centro Internacional de Estudos Regulares do Anglo-Americano (CIER). Segundo Sousa e Silva (2009, p. 8) "essa fundação oferece até os dias de hoje, ensino fundamental e médio na modalidade a distância, propiciando às crianças que se mudam temporariamente para o exterior, que continuem seus estudos pelo sistema de educação brasileiro." Nesta mesma década, mais precisamente nos anos de 1984, foi criado o Projeto Ipê, em São Paulo, com o objetivo de capacitar a distância professores para atuação no curso de Magistério de 1º e 2º graus.

A década de 1990 é considerada por Maia e Mattar (2007) um marco significativo para a história da EAD no Brasil, com a criação, em 1991, do Jornal da Educação, que articulado pela Fundação Roquete-Pinto tinha como objetivo o aperfeiçoamento de professores das séries iniciais e, em 1995, este jornal foi incorporado à TV Escola, canal educativo mantido pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, com o nome de Salto para o Futuro.



Rabello (2007, p. 32) comunga da mesma opinião de Maia e Mattar e afirma que esta década representa uma "virada na EAD no Brasil, pois é nela que a educação a distância oficializa-se como "modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino". Souza e Silva (2011, p. 9) também chamam atenção para esta década, pois foi nela que ocorreu a regulamentação e o reconhecimento legal da EAD no Brasil partir da "publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 em dezembro de 1996), amparada pelo Decreto nº 5.622, publicado no DOU de 20/12/05, com normatização definida na Portaria Ministerial, nº 4.361, de 2004."

Vianney et al. (2003) destacam ainda a criação de significativas redes de universidades públicas e privadas, que objetivando alargar as oportunidades de formação em nível superior, unem-se em consórcios para oferecerem cursos de licenciatura na diferentes áreas do conhecimento, através da modalidade semipresencial.

Desafios da EAD

Ao investigar os desafios da Educação a distância, Souza (2011) chama atenção para o fato de que a "verdadeira aprendizagem" só acontece, de fato, quando ao aluno é dada a oportunidade de construir e reconstruir conceitos e paradigmas que o tornem capaz de refletir, agir e reagir frente a realidade.

Neste contexto, o referido autor destaca, ainda, que um dos grandes desafios que recaem sobre toda e qualquer forma de educação "é o de oferecer condições para que todas as pessoas tenham acesso aos instrumentos de produção de conhecimento, visando [...], sobretudo, a uma formação para a cidadania [...] voltada à transformação da sociedade em que vivemos." (SOUZA, 2011, p. 6).

Há consenso entre muitos autores de que a EAD emerge no Brasil como uma efetiva oportunidade de propagação e garantia de acessibilidade à educação; entretanto, esta modalidade de educação está sempre colocada frente a desafios perenes, dentre os quais Bordenave (1995) destaca como crucial o de vencer a "estigmatização". Segundo este autor, durante muito tempo era inconciliável a ideia de educação sem a presença física de um professor diante dos seus alunos dentro de uma sala de aula, "esta crença mantida durante séculos, ditou raízes tão profundas que até hoje muitas pessoas, até nas universidades, acham que qualquer educação que não tenha professor presente só pode ser uma educação de segunda classe." (BORDENAVE, 1995, p. 9)



Souza (2011) concorda com Bordenave (1995) e afirma que um dos principais desafios a ser vencido pela EAD diz respeito ao esforço em superar o "mito" de que educação de qualidade é aquela quem mantém professor e aluno frente a frente em tempo integral no espaço da sala de aula. Assim, na opinião de Souza, essa concepção errada da EAD deve-se ao fato de que "as primeiras abordagens conceituais qualificavam a EAD pelo que ela não era [...] estabelecendo comparação imediata com a educação presencial, na qual o professor é figura central." (SOUZA, 2011, p.7)

Outro importante desafio a ser vencido pela EAD no Brasil, apresentado por este autor, diz respeito à desigualdade econômica e de acessos aos recursos tecnológicos vividos por grande parte da população brasileira; pois não basta oferecer cursos à distância; para promover a educação faz-se necessário que todos tenham acesso aos meios tecnológicos de informação. Assim, nas palavras deste autor "vencendo o desafio da desigualdade de acesso, a EAD tem a vantagem de eliminar a maioria dos tradicionais empecilhos à conquista do conhecimento. Caso contrário, ela própria será mais um empecilho à conquista desse conhecimento." (SOUZA, 2011, p. 7).

Outro desafio a ser enfrentado pela EAD está relacionado ao aspecto da interatividade, na medida em que o aluno não seja absorvido pela máquina, mas que, ao contrário, seja ele mesmo o sujeito protagonista do seu processo educativo. Essa é a preocupação apresentada por Silva (2002). Segundo este autor "quanto mais se é interativo, menos se existe" (Idem, p. 163). Dito de outra maneira, pode-se afirmar que o processo de educação estará caminhando na contra mão do que dele se espera de quando não promove a "criação" sujeitos livres, pensantes, reflexivos, críticos e autônomos.

Em profunda concordância com o pensamento de Silva (2002), Pereira et al. (*n.d.*) afirmam que a EAD "deve oferecer ocasiões originais de aprendizagem, provocar desafios, curiosidade, criando situações de interações mais intensas do que a aula magistral baseada na autoridade do professor." (idem, p. 6).

Pretto (2005) afirma que o desafio da EAD reside, sobretudo, na habilidade que o professor terá para, através do diálogo e da reflexão, oportunizar ao aluno construir o seu próprio percurso "produzindo sua teia de informações interligando os saberes e realizando a permutabilidade - potencialidade própria das redes digital." (PRETTO, 2005, p. 158).

Blandin (1990) fala da "capacidade de capitalizar" para se referir aos desafios dos professores da EAD. Segundo ele, os professores da EAD precisam "organizar-se de forma a estabelecer relações entre as devidas tecnologias disponíveis, [...] considerar a avaliação, a



seleção e a elaboração de estratégias de uso destes meios [...] tomar decisões sobre o uso e a produção deles." (BLANDIN, 1990, p. 89 apud PEREIRA et al. p. 8)

Mugnol (2009, p. 337) utiliza a expressão "pontos controversos" para se referir à carência de regulamentações que se impõem como verdadeiros desafios à EAD, tais como "regulamentação do sistema de acompanhamento do aprendizado dos alunos, a formação dos professores, a avaliação do resultado do processo de aprendizagem, os critérios de credenciamento de novas instituições e autorização de novos cursos [...]"

Por fim, Lopes et al. (2004) ao refletirem sobre os desafios da EAD apresentam quatro desafios que esta modalidade de educação terá que vencer. São eles: "1º: Flexibilidade no ensinar e no aprender; 2º. Integração das modalidades presencial e a distância; 3º. Integração e colaboração no ensinar e no aprender; 4º. Formação do professor na era tecnológica." (idem, p. 8)

A guisa de conclusão, vale citar aqui a reflexão proposta por Moraes (1997) ao afirmar que o mundo está diante de um novo paradigma educacional; e nele os sujeitos devem estar preparados para as trocas, para o conhecimento partilhado em que as pessoas aprendem umas comas outras, adaptando-se a novos contextos; nos quais já não cabem mais a visão fragmentada do conhecimento. Mas, urge a necessidade de se aprimorar sempre as práticas pedagógicas, de investimento nas inter-relações e, acima de tudo, no aprendizado significativo. Nisto consiste o verdadeiro desafio de todo e qualquer modelo/formato de educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A incursão teórica empreendida até aqui a respeito do percurso da EAD no Brasil e no mundo serviu para constatação de que apesar dos muitos desafios a serem vencidos por esta modalidade de ensino, foi ela que em tempos de pandemia, de alguma maneira viabilizou a ocorrência de aulas e atividades escolares virtuais e/ou remotas, permitindo; assim, a integração e interação entre professores e alunos, durante o ano de 2020 quando as escolas foram fechadas, no dia 17 de março de 2020, em toda a Bahia.

Amparado pela Lei Federal nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação – LDB que prevê que “o Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 1996, Art. 32 Inc. 4) e pelo documento do Conselho Nacional de Educação –CNE-, aprovado em 28 de março de 2020, cujo texto autoriza que estados e municípios deliberem sobre as alternativas a

serem adotadas visando minimizar os impactos da pandemia sobre o ano letivo, o estado da Bahia adotou diferentes formas de enfrentamento para contenção dos prejuízos causados pela suspensão das aulas presenciais: distribuição de módulos, atividades assíncronas, atividades síncronas, aulas on-lines e aulas remotas.

É fato incontestável que a pandemia deixou ainda mais claras as mazelas sociais do Brasil, em todos os aspectos. Ficou evidente que uma grande parcela da sociedade brasileira não tem acesso aos recursos tecnológicos, não possui um aparelho celular, e não tem internet em casa. Consequentemente, o desestímulo, abandono e a evasão escolar foram inevitáveis.

No caso específico de uma escola pública de Ensino Médio, situada no interior da Bahia, o que se pode observar foi que o acesso as mídias digitais, tão comuns nos dias atuais, ainda é restrito a uma parcela da sociedade.

Diferentes situações levaram a esta conclusão: muitos alunos sequer tem um aparelho celular, muito menos um computador, notebook, etc; muitas vezes tiveram que pedir emprestado o celular de um familiar, vizinho, amigo. Nem sempre, ou quase nunca, essas pessoas podiam disponibilizar a aparelho na hora das aulas e durante todo o turno de aulas. Esse fato fez com muitos alunos participassem parcialmente das aulas (apenas que tinham acesso ao aparelho).

Para outro grupo de alunos a dificuldade repousava sobre o acesso a internet em casa. O pacote dos dados móveis, para muito deles era insuficiente para garantir acesso a todas as aulas e atividades propostas.

Para muitos alunos e alunas, além de tudo, tiveram que enfrentar a dificuldade de não ter em casa as condições necessárias para participar efetivamente das atividades escolares on-line. Ou porque não havia em suas residências um espaço reservado para o estudo, ou porque tinham que conciliar as aulas com atividades domésticas e, muitos deles e delas, como não estavam frequentando a escola, arrumaram um emprego provisório, e tentavam conciliar as aulas no ambiente de trabalho.

Obsevou-se que um grande número de alunos e alunas, principalmente os adultos e idosos, além das dificuldades já citadas anteriormente, também tiveram que lidar com a dificuldade em lidar com as ferramentas digitais e tecnológicas.

Apesar de todos os esforços daquela unidade escolar em viabilizar, o máximo possível, para que todos os alunos e alunas estivessem inseridos e inseridas no processo de ensino à distância, disponibilizando computadores para que, sob rigoroso controle de quantidade e respeitando as normas de distanciamento social previstas nas recomendações dos órgãos de saúde, aqueles e aquelas que necessitassem agendasem horários para participação das aulas e



execução das atividades na escola; observou-se que muitos discentes, sobretudo, estudantes da EJA- Educação de Jovens e adultos, do noturno noturno abandonaram os estudos nos anos de 2020 e 2021.

Dante do exposto, conclui-se que o ensino à distância na Brasil ainda tem muitos desafios a serem vencidos, pois envolvem aspectos muito complexos de ordem social, econômica, cultural dos sujeitos nela envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incursão da trajetória histórica da EAD no Brasil deixa evidente evolução que esta modalidade de ensino, cujas origens remontam tempo dos cursos por correspondências, via correios, passou pelos programas educativos transmitidos pelo rádio e, logo depois, pela TV e, com a chegada das chamadas “novas tecnologias” se expandiram para formas de educação mais formais mediadas pelo uso do computador, da internet e de todas as formas de tecnologia da informação e da comunicação - TIC.

Influenciada pela necessidade do mercado de trabalho que exige cada vez mais sujeitos preparados e capacitados para cumprir as exigências impostas pelos contextos tecnológicos e amparada legalmente pela Legislação Brasileira através da lei de Diretrizes e Bases - LDBN - nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, a educação a distância desponta como uma modalidade de ensino que prepara o sujeito para o mercado de trabalho, sem tirá-lo dele, ou seja, têm-se na EAD a oportunidade de estudar, se capacitar, se preparar para a aquisição de novos saberes e competências, de uma maneira mais flexível, acessível e dinâmica do que o modelo de educação formal até aqui desenvolvido no Brasil.

Neste sentido, a EAD apresenta ao mundo acadêmico que é possível romper com as antigas tradições e concepções e firmar uma educação de qualidade baseada na autonomia e na flexibilidade do processo de ensino-aprendizagem, oferecendo uma educação de qualidade onde a interação, o diálogo, a reflexão e o aprendizado ocorrem mesmo que fora das paredes das salas de aula e sem a figura central do professor, como o detentor do saber.

Nesta direção, os desafios enfrentados pelo ensino à distância nas escolas públicas do Brasil, durante os anos de 2020 e 2021, insurgem como efetivas oportunidades de se reconhecer nesta modalidade de ensino as suas possibilidades, o seu dinamismo, a viabilização e acessibilidade do conhecimento científico e da formação acadêmica a todos e todas aqueles/aquelas que, por circunstâncias diversas, precisam utilizar-se dela para a sua



formação acadêmica. Não restam dúvidas de que muitos são os desafios a serem vencidos por esta modalidade de ensino. Todavia, desafios estão e estarão sempre presentes na história da humanidade e em todos os segmentos da sociedade e são sempre bem-vindos quando se pretende fazer deles oportunidades de reflexão, crescimento, aprimoramento, investimento e criação de políticas públicas de acessibilidade para que alunos e alunas tenham garantido seu direito à educação seja por questões sanitárias ou por qualquer outro motivo que os e as levam a utilizarem o recurso da EAD.

REFERÊNCIAS

- ALVES, João R. M. A nova regulamentação da EAD no Brasil (2007). *In: SILVA, Marco (Org.) Educação Online. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2007, pp. 417-428.*
- ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. *In: LITTO, Fredric Michael;*
- BAHIA, Decreto nº 19529 de 16/03/2020. Disponível em: <<http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/dec19529DE16DEMARCOCODE2020.pdf>>. Acesso em 23jul.2022.
- BARROS, D. M. V. Educação a Distância e o Universo do Trabalho. Bauru-SP:EDUSC, 2003.
- BLANDIN, Bernard. Formateurs et formation multimedia: Les metirs, les fonctions, lingénierie. Paris, Les Editions D'Organization, 1990 APUD PEREIRA, Rosilene de Oliveira. Educação a Distância: desafios e perspectivas. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/EDDP.pdf>> Acesso em 04 de set. 2022
- BORDENAVE, J. D., PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 15 ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.
- BRASIL. Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União, Brasília, ano 134, n. 248. 27833-27841, dez. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.
- FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.) Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, pp. 9-13.
- LITWIN, E. (org.) Educação a Distância: Temas para o debate de uma nova agenda educativa. Fátima Murad (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2001.
- LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Ead & Formação de Educadores - Educação À Distância. Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro: v. 29, n. 152/153, pp. 69-80, jan./jun., 2001.



LOPES, Maria Cristina L. P. et al. O Processo Histórico da Educação a Distância e suas Implicações: Desafios e Possibilidades (Artigo) Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/O%20PROCESSO%20HIST%20D3RICO%20DA%20EDUCA%20C7%20C3O%20A%20DIST%20NCIA%20E%20SUAS%20IMPLICA%20C7%20D5ES.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2022.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. ABC da EaD: A educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prendice Hall, 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MUGNOL, Marcio. A Educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos. Rev. Diálogo Educ.; Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009.

NUNES, I. B. Noções de Educação a Distância. Revista de Educação a Distância, n. 4/5, dezembro/93-abril/94. Brasília: INED. 1992.

PETERS, O. A Educação a Distância em Transição. São Leopoldo: Unisinos, 2004. PNE/MEC 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001 (PNG).

PRETTO, Nelson de Luca. Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia. Campinas: Papirus, 1996.

RABELLO, Cíntia Regina Lacerda. Educação a Distância: conceito e características. 2007, p. 22-34. Disponível em < <https://sites.google.com/site/geacufrjpublico/textos-basicos/educacao-a-distancia-conceito-e-caracteristicas>> Acesso em 10 de set. 2017

SOUZA FILHO, J. W. F. Desafios e vantagens da Educação a distância para uma aprendizagem significativa na Universidade. Disponível em < <http://ueadsl.textolivre.pro.br/2011.1/papers/upload/100.pdf>> Acesso em 05 de set. 2017.

SOUZA, Marcia Maria Previato de; SILVA, Willian Victor Kendrick de Matos. Fundamentos Históricos da Educação A Distância: Políticas De EAD no Brasil. (2011) Disponível em < <http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1053.pdf>>. Acesso em 05 de set. de 2017.

VIANNEY, João, et al. Universidade virtual: um novo conceito na EAD. In: MAIA, Carmem (org.) ead.br: experiências inovadoras em educação a distância no Brasil: reflexões atuais, em tempo real. São Paulo: Editora Anhebi. 2003.